



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte de outubro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia treze de outubro de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. A Ata está aprovada, então a solicitação que eu fiz a esta Casa a respeito do senhor Jeferson Antônio Galdino está aprovada. Então ele é funcionário desta Casa. Então, eu quero dizer, Senhor Presidente, que a contratação do senhor Jeferson Antônio Galdino é, no mínimo, suspeita. Ele traz uma denúncia que esta Casa recebe, uma denúncia que esta Casa recebe e, logo após, o recebimento dessa denúncia, ele é contratado pela Casa. Então é, no mínimo, suspeito. Quando eu falo aqui na Casa que ‘Lava Jato’ está rodeando Nova Lima, já está chegando, não estou errada não. Nós já estamos usando instrumentos do ‘Lava Jato’. Será que foi uma delação premiada? Fica a dúvida. Fica a dúvida e eu espero que haja uma investigação. Obrigada”. O Senhor Presidente: “posso garantir à vereadora que no meu mandato, até o presente momento, não tem nada ilegal. Eu acho que deveriam ter mais respeito com



esta Presidência, tem vinte e três anos que eu estou nesta Casa e eu nunca trilhei em coisas erradas. Cada vereador tem o seu pensamento. Só porque o Jeferson apresentou uma denúncia contra o prefeito Cassinho? Se fosse com outra pessoa, se não fosse contra prefeito, eu tenho certeza que não estariam relatando este fato. Nós vamos investigar sim. Eu consultei novamente o Jurídico e o Jurídico me disse, me informou que não há nada de mal nisso. Nós vamos investigar sim, seja denúncia de João, Pedro, Maria, não me interessa. Chegou a denúncia aqui, por escrito, de pessoas sérias que não querem bagunçar Nova Lima o mais bagunçado que está, que as pessoas quiserem que venham à tona as coisas erradas na prefeitura. Então, eu como Presidente, aceitei, devo aceitar todas as denúncias, aliás, devo não, sou obrigado a aceitar todas as denúncias que vierem aqui na Câmara Municipal. Então, a Câmara tem a obrigação, os vereadores têm a obrigação de dar guarida às denúncias que vêm aqui. Vou frisar bem, cada vereador tem seu pensamento, eu não vejo nada de mal nisso aí. Obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Boa noite Mesa Diretora, boa noite vereadores, boa noite público presente. Senhor Presidente, ontem, segunda-feira, aconteceu a audiência pública lá na sala multiuso do Teatro Municipal, onde a Secretária de Fazenda, senhora Roseane Seabra, fez a explanação sobre o projeto de lei de Orçamento para dois mil e dezesseis. Eu achei interessante a explanação dela, onde foi discutido que o valor apresentado, inclusive foi até motivo de Veto aqui nesta Casa, de discussão de Veto, é sobre o valor que foi até quinhentos e sessenta milhões, porém lá na apresentação é quatrocentos e sessenta milhões. E ela informou também, Senhor Presidente, que o projeto já foi encaminhado para a Casa. Eu gostaria de saber se Vossa Excelência vai fazer a distribuição do projeto e se já houve um conhecimento dessa diferença de valores entre a Lei de Diretrizes e a Lei Orçamentária. Muito obrigado”. O



Senhor Presidente: “vereador, a correspondência está na pauta aqui, o senhor terá, todos os vereadores terão a devida explicação sobre o Orçamento”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “questão de ordem, Presidente. Primeiramente, boa noite a todos os vereadores, público presente. Na última terça-feira, eu não pude vim, mas quero deixar o meu recado a todas Cooperativas que o que vier aqui para a Casa a favor dos cooperados, que eu já fui motorista, sou concursado motorista, estou a favor do que vier. Acabamos de sair da reunião agora com o prefeito, se for para vender terreno, fazer empréstimo, eu estou a favor do empréstimo para pagar a Cooperativa. E queria, Presidente, deixar se tinha como consultar o Plenário se eu posso entrar, está fora de pauta, Declaração de Utilidade Pública da Associação Amiga da Criança e do Adolescente. O senhor podia consultar o Plenário se eu posso entrar com esse projeto na pauta de hoje?”. O Senhor Presidente: “na hora de proposições, o senhor pode fazer esta solicitação”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Será que o senhor poderia pedir o Secretário para ler em primeira mão a carta da Coopernova porque eu vou ficar presente só até a leitura dela porque eu estou passando mal de verdade”. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: “Nova Lima-MG, 14 de outubro de 2015. Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima e demais vereadores. A Coopernova – Cooperativa Novalimense de Transporte de Carga e Pessoas, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o número 06.879.030/0001-04, com endereço em Nova Lima – MG, na Rua Campina Verde, nº 726, Bairro Veredas das Geraes – CEP: 34.000-000, vem, respeitosamente, perante Vossas Senhorias, por meio de seu Diretor Presidente Sr. Gilbert Galdino de Souza, e demais cooperados, em relação ao requerimento de solicitação de informação, solicitamos considerar o



seguinte: Onde se lê: “Os Contratos de Prestação de Serviços celebrados entre Coopernova e Prefeitura Municipal estão com os pagamentos atrasados há 90 (noventa) dias, tendo a Cooperativa recebido o último repasse referente ao mês de junho de 2015”. Leia-se: “Os Contratos de Prestação de Serviços celebrados entre Coopernova e Prefeitura Municipal estão com os pagamentos atrasados, a cooperativa está sem receber 03 (três) repasses integralmente, ou seja, dos nove meses do ano, não foram recebidos integralmente três meses, tendo a Cooperativa recebido o restante do repasse referente ao mês de junho de 2015 no dia 08/10/2015. O atraso e pagamento picado vêm sobrecarregando as finanças da cooperativa e conseqüentemente dos cooperados, que têm que decidir se pagam suas contas do mês ou a prestação do veículo”. É o que queremos fazer constar. Cordialmente, Coopernova – Cooperativa Novalimense de Transporte de Cargas e Pessoas – Gilbert Galdino de Souza, Diretor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, houve um equívoco e, na verdade, a carta que o vereador quer que leia é a outra que não está na pauta, não é isso mesmo, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “é a que chegou hoje”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, é a que chegou agora. Então, eu solicito, Senhor Presidente, que o Senhor...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não é a mesma não?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão, continua... É porque são duas e tem uma errata, está certo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é a mesma”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, é porque eu ia pedir permissão para o Plenário para fazer”. O Senhor Secretário proferiu leitura de outra correspondência recebida: “Nova Lima-MG, 20 de outubro de 2015. Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima e demais vereadores. A Coopernova – Cooperativa Novalimense de Transporte de Carga e Pessoas, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o



número 06.879.030/0001-04, com endereço em Nova Lima – MG, na Rua Campina Verde, nº 726, Bairro Veredas das Geraes – CEP: 34.000-000, vem, respeitosamente, perante Vossas Senhorias, por meio de seu Diretor Presidente Sr. Gilbert Galdino de Souza, e demais cooperados, informar e requerer o seguinte: Primeiramente, gostaríamos de agradecer a V. Senhorias por transformar nossa solicitação de pedido de informações ao Poder Executivo sobre a situação do atraso dos pagamentos dos Contratos Administrativos celebrados com a Coopernova em Requerimento. Tendo em vista a solicitação gostaríamos de saber se já há um posicionamento do Poder Executivo, pois como já explanado o atraso nos pagamentos têm acarretado graves dificuldades financeiras à cooperativa e aos cooperados. A Cooperativa tem feito de tudo para manter o fiel cumprimento dos Contratos, no entanto, caso não haja um posicionamento do Poder Executivo para sanar esta situação, os Cooperados poderão decidir por uma paralisação da prestação dos serviços. A Cooperativa não efetuou nenhuma paralisação até a presente data, no entanto, se o Poder Executivo não tomar um posicionamento em relação a esta situação, outra alternativa não teremos, vez que está sendo insuportável ao contratado executar o contrato. Em hipótese de paralisação, no caso dos contratos que atendem ao transporte escolar, os principais prejudicados serão as crianças que já sofreram com a paralisação do funcionalismo público. Pelos motivos expostos e a fim de evitar esta paralisação viemos perante V. Senhorias solicitar informações acerca do requerimento. Cordialmente, Coopernova – Cooperativa Novalimense de Transporte de Cargas e Pessoas – Gilbert Galdino de Souza, Diretor Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, desculpa, eu estou... O Senhor podia passar para os cooperados a reunião de hoje, como foi a decisão do prefeito, que ele pode vim a vender um terreno, que ele está com algumas pessoas



tentando um empréstimo. O senhor podia dar esta explicação”. O Senhor Presidente: “perfeitamente. Eu quero dizer ao pessoal presente aqui, da cooperativa, que como nós combinamos na última reunião, nós fomos até o prefeito, os vereadores, e solicitamos dele providências com relação aos atrasos dos pagamentos. E nós tivemos uma boa conversa, em que o prefeito disse que até quinta-feira dará uma resposta, que sugestão do vereador Flávio do negócio do terreno, da venda do terreno, foi a sugestão sua?”. O vereador Flávio de Almeida: “não. A sugestão foi do vereador Nélio Aurélio”. O Senhor Presidente: “desculpa. O vereador Nélio sugeriu a venda de terrenos para que a prefeitura arrecade para sanar principalmente os compromissos mais atrasados. E ele vai estudar junto ao jurídico sobre os empréstimos, não é? O prefeito está com boa vontade no caso. É muito complicado, a gente tem que ser transparente aqui, a crise é grave, mas, na minha opinião, é muito complicado um empréstimo na atual conjuntura que a prefeitura tem. Eu tenho informações que a prefeitura está com problemas documentais no Estado. Se estiver realmente com problemas documentais, ela não vai adquirir os empréstimos. Então, têm estas duas alternativas e tenho certeza absoluta que os dez vereadores estão imbuídos em ajudá-los. O senhor poderia fazer também o uso da palavra que o senhor foi o vereador que fez o requerimento para que a gente marcasse essa reunião”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou pedir para... Ô Nélio, você podia explicar a venda do terreno, aquela parte da venda do terreno, por favor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “boa noite a todos. Senhor Presidente. Foi ventilado ao prefeito que tem uma área no Alphaville da prefeitura e já tem pessoas que tem interesse lá, inclusive o Jockey Clube do Brasil, aliás, desculpe, de Minas Gerais. Inclusive estava conversando com o prefeito a respeito disso. É uma solução. É uma solução verídica e certa que não depende de Caixa, nem de Banco do Brasil, nem de terceiros. Depende



exclusivamente desta Casa, do Prefeito e da empresa. Ela está sendo bem encaminhada, palavras do prefeito para mim, que falou para todos nós, estavam lá os vereadores. Vai trazer benefício, emprego, enfim, vai cumprir todo aquele ritual que é o TAC da Promotoria Pública com o Município. Essa é uma saída. Mas eu estive analisando bem, vereador Flávio, nós temos outra saída para também ajudar os cooperados. Como há poucos dias houve uma saída para o posto de saúde dos Cristais, que a promotora liberou um dinheiro que estava preso, eu me lembro que foi no governo Carlinhos Rodrigues, um TAC que foi feito com o Ministério Público de quarenta por cento, que aqueles empreendedores quando receberam os terrenos lá no Jardim Canadá, ela entrou e exigiu que pagasse quarenta por cento do terreno e foi pago. Aí esse dinheiro foi usado no posto de saúde dos Cristais, que está muito bem aplicado e muito bem no lugar certo, deveria até estar pronto aquele posto há muito tempo. Foi usado o que seria para outra coisa, a promotora concordou e desviou para cá. Tem dois e oitocentos ou três milhões também lá, que eu não me lembro para o que é, parado. Este dinheiro a promotora podia... Eu vou até entrar com requerimento na hora certa, eu não posso fazer ele agora, entrar com esse requerimento que seria um socorro urgente para os cooperados. Porque pela carta aqui do Presidente, e eu não estou dizendo que ele deixa de ter razão, ele fala até em parar. E isso aí é muito triste para as famílias ter seus filhos que não estão na escola. Não sabe como é que é, eu tenho dois filhos e não sabe como é que é duro criança ficar em casa. Então, vereador Flávio, tem essa saída também que eu acho a mais rápida e a mais verídica que pode acontecer de um dia para o outro, é só a promotora querer. É impossível que ela não vá querer fazer isso, ela já fez de uma forma, então ela tem que fazer essa também. Ela já fez uma vez. Então, já tirou de um lugar, pôs no outro, então tira do outro e põe agora nesta Cooperativa. Esse é o



requerimento que eu vou entrar. E o terreno, o prefeito, eu tenho certeza, que o vereador, todos vocês, alguns vereadores estavam lá, ele dá caminho nisso porque independente das cooperativas ou de qualquer coisa, o município vai precisar de dinheiro porque esta receita só vai subir, como eu disse a semana passada, só lá para março, olha lá, e eu acredito abril, maio. E esse terreno vai ser um benefício até para a folha de pagamento porque o dinheiro ele pode pagar porque ele pode usar ele em qualquer receita porque é uma venda de um terreno. Não pode usar o CEFEM, não pode usar outros recursos, mas esse ele pode usar. Então, vereador Flávio, tem essa saída que seria importantíssima. Até dois milhões e meio, eu não sei quanto que as cooperativas recebem, mas é um socorro aí que deve ser um mês ou mais um pouquinho aí. É isso aí. Obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, o senhor me concede um aparte?”. O vereador Flávio de Almeida: “está comigo, vou conceder para a senhora um aparte”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “além desse terreno que o vereador Nélio acabou de relatar, que é lá no Alphaville, o prefeito também está colocando à venda um terreno aqui nas Seis Pistas, próximo à rotatória. Não aquele lá no final porque aquele já está decidido o que vai ser, aquele no final da Alameda já está decidido. Mas ele está também colocando à venda esse lote ali nas Seis Pistas que também deve render um dinheiro realmente que vá vir para poder sanar as dívidas da prefeitura, inclusive a de vocês, não é? Então, a gente espera que seja feito tudo com mais rapidez para que a gente possa sanar os problemas muito rápido. Mas a solicitação que o vereador Nélio vai fazer em requerimento à esta Casa, eu acho realmente, vereador, vai ser a saída mais rápida, mais rápida. Obrigada”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem”. O vereador Flávio de Almeida: “eu estou com a palavra, Presidente”. O Senhor Presidente: “pela ordem, vereador Fausto





Niquini”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “boa noite Mesa Diretora, nobres vereadores”. O vereador Flávio de Almeida: “Fausto Niquini, eu não terminei não. É porque eu concedi um aparte”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “o senhor é mais velho do que eu, pode ir”. O vereador Flávio de Almeida: “muito obrigado pelo respeito”. O Senhor Presidente: “com a palavra, vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor podia, Presidente, montar uma comissão porque o caso deles é um caso, quando dizem assim que podem parar, é por falta de tudo. Não tem combustível para rodar. Não é porque eles não querem ir trabalhar não, não tem é mais como ir trabalhar. Então, o senhor podia sobre o requerimento que o Nélio vai fazer, já fazer uma comissão de vereadores para amanhã já ir no Ministério Público porque a situação deles não pode esperar para depois de amanhã, eles tem que ter uma solução rápida. Então, se o senhor montar uma comissão, amanhã eu estou aqui o dia inteiro à disposição. Está certo? Obrigado”. O Senhor Presidente: “vereador Flávio, pelas informações que eu tenho, o dinheiro que está no Ministério Público do TAC, ele não pode ser usado para pagamentos, pelas informações que eu tenho. Eu gostaria que tivesse. A informação que eu tenho é que é somente para obras. Eu pediria ao vereador Nélio que verificasse”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Eu vou só... Me dá um aparte? Se o recurso viesse do CEFEM ou de outra fonte que seria exatamente o que a Sua Excelência falou, tudo bem, mas o recurso está vindo de venda de terreno, venda de terreno. Só se ela não quiser fazer porque ilegalidade não existe não. Nenhuma, nenhuma ilegalidade. Inclusive esse dinheiro que ela liberou, ele não está no orçamento da saúde, passou para lá e foi atender à saúde. Entendeu? Ele foi recurso de venda de terreno. Venda de terreno pode entrar em qualquer pagamento dentro do Município, basta ela querer. Obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira:



“Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “deixa eu... As informações que eu tenho que esse dinheiro foi punindo construtoras e proprietários de prédios que tinham autorização para fazer três andares e fizeram seis, sete. Então, o senhor pode verificar. Eu jamais, em tempo algum, serei contra vocês que eu conheço a situação, é só uma orientação que eu tenho e estou passando para o senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem mais uma vez, só para eu contribuir com o processo, só isso. Não é excesso de andares, até porque isso tem que passar por esta Casa, qualquer andar, a promotora não tem poder de fazer se não passar por aqui e legalizar por aqui, qualquer excesso de andares. No Jardim Canadá e aonde foram doadas aquelas áreas que você deve conhecer, do lado de lá, onde tem o Verdemar, não tem um prédio de dois andares, é de um ou nenhum. Então, é dinheiro proveniente do terreno, porque o terreno deveria, ela entende, ser vendido e não ser doado. Então, ela fez um TAC de quarenta por cento, esse dinheiro foi devolvido ao município. Então, este dinheiro foi resgatado pelo município, a moeda em termo de venda praticamente. Então, Senhor Presidente, só estou contribuindo com o processo, que não tem lá na área do Jardim Canadá nenhum prédio. Nenhum existe, viu vereador Fausto, nenhum. O único que tem lá maiorzinho é dois andares é o Verdemar, supermercado Verdemar. O resto tudo... Tem alguns que nem construíram, mas o município não pode tomar os terrenos de volta porque tem um TAC, pagaram e aí eles vão construir quando eles quiserem porque se não tivesse esse TAC, o município tem trinta e seis meses para tomar o terreno de volta se a pessoa não conseguir construir, não é o caso de lá. Cobrou deles e eles pagaram, então eles constroem quando querem. Só para contribuir com o processo, Senhor Presidente, o dinheiro é proveniente de lá, não é daqui do Alta Vila e dessa região. Então, o vereador Flávio que já se foi, poderia fazer uma comissão, vai



atrás e tira isso a limpo porque eles estão esperando e eles não podem esperar mais”. O Senhor Presidente: “eu não vou ficar debatendo aqui que é do meu conhecimento que, não sei se é todo o dinheiro, mas grande parte desse dinheiro é da Construtora Rossi aqui próximo ao BH, antiga Mefisa. Então, não tem problema nenhum a gente formar uma comissão. Se tiver direito, tudo bem”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “posso falar, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “eu vou deixar mais para o final da reunião, a gente cria a comissão. Com a palavra, vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “boa noite Mesa Diretora, nobres vereadores, público presente. Eu gostaria apenas porque semana passada, por motivos particulares, eu não pude participar da reunião, gostaria de dizer aos cooperados que podem contar com o meu apoio aqui para qualquer matéria nesta Casa em relação a vocês e futuras intervenções também que precisar lá com o Executivo, está bom? Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “apresentação de proposições”. O Senhor Secretário: “Senhor Presidente, ainda tem uma correspondência. É porque durante a primeira correspondência teve um debate”. O Senhor Secretário proferiu leitura de mais uma correspondência recebida: “Nova Lima, vinte de outubro de dois mil e quinze. Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Nova Lima. DD. Dr. Cássio Magnani Júnior. Vimos pela presente, solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que proceda ao esclarecimento sobre a dissonância entre o texto da Lei 2519 de 13 de outubro de 2015 e o Projeto de Lei que trata de Proposta de Lei Orçamentária e anexos, uma vez que naquela (Lei 2519) há valor sancionado de R\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais – Anexo C das Metas Fiscais), enquanto no Projeto de Lei Orçamentária há valor de R\$ 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais), tal qual se depreende do texto encaminhado a esta Casa. Isto posto, aguardamos os esclarecimentos devidos para que possamos dar início à



regular tramitação da Proposta de Lei Orçamentária e anexos. Atenciosamente. José Guedes, Presidente”. O Senhor Presidente: apresentação de proposições. O vereador Coxinha parece que vai apresentar...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, consultar o Plenário, é uma Declaração de Utilidade Pública da Associação Amiga da Criança e do Adolescente, se eu posso pôr em pauta”. O Senhor Presidente: “eu vou consultar o Plenário sobre a solicitação do vereador Alessandro Bonifácio. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O Senhor Secretário proferiu leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.540/2015, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Amiga da Criança e do Adolescente. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

- 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.538/2015, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Resgate Ministério Restaurando Vidas. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem. Antes da leitura desse projeto, eu queria consultar o senhor porque eu estou vendo que a gente vai ler o projeto de número mil quinhentos e trinta e oito. E eu tenho um projeto de minha autoria de número mil quinhentos e trinta e sete que eu não percebi que ele está na pauta. Eu gostaria que senhor solicitasse da comissão que está com este projeto que pudesse dar explicações em função de quê esse projeto não está na pauta hoje. Senhor Presidente, ele está na Comissão de Serviços Públicos Municipais”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu sou o Presidente”. O Senhor Presidente: “eu consulto o vereador Alessandro Bonifácio sobre a solicitação do vereador Silvânio



Aguiar”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é verdade, vereador. É porque não deu tempo de juntar por causa da viagem, não deu tempo de juntar com os vereadores, mas terça-feira nós colocamos em pauta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “está bom, Senhor Presidente, eu agradeço as explicações do vereador Alessandro. Peço e suplico que o senhor coloque este projeto, por favor, na pauta da semana que vem”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ok”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Secretário proferiu leitura do supracitado Parecer. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais para emissão de parecer. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu queria agradecer aos membros desta conceituada Comissão a sensibilidade desse parecer. Muito obrigado”. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.539/2015, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.448 de outubro de 1995, Código Sanitário Municipal, no que se refere à composição da Junta de Julgamento Fiscal Sanitário e Junta de Recursos Fiscais Sanitários, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 311/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Marcos Raimundo Silva das Graças”. Em única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 314/2015, autoria dos vereadores José Guedes e Leci Alves Campos, que “Confere o Título de Cidadania Honorária de Nova Lima à Dra. Ivana Andrade Souza”. O Senhor Presidente:



“atendendo à solicitação do vereador Flávio que gostaria de votar neste projeto, infelizmente, ele está adoentado, eu vou retirar de pauta e na próxima semana apresentarei o projeto”. 3) Projeto de Lei nº 1.533/2015, autoria do Poder Executivo, que “Extingue e promove a fusão de Secretarias, transforma Coordenadorias e dá outras providências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse projeto nós temos uma audiência pública que está agendada para o dia vinte e dois, em que a gente gostaria muito de ouvir as pessoas dessa audiência pública. Sendo assim, eu gostaria de solicitar o adiamento da votação desse projeto se o senhor me permite”. O Senhor Presidente: “eu concedo pelo fato do relato do senhor, o senhor tem toda razão. Está retirado de pauta”. 4) Projeto de Lei nº 1.535/2015, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Manoel Francisco de Moraes. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Em única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem. Queria pedir à Sua Excelência porque já no começo da reunião entendemos aqui que vai fazer um requerimento para pedir o desbloqueio do dinheiro lá com a promotora para atender às cooperativas. Queria que a Sua Excelência se pudesse inverter aí e fazer esse requerimento primeiro porque eu também vou sair e iria gostar de votar este requerimento. Só isso”. O Senhor Presidente: “coloco em votação, se o Plenário concordar, não tem problema”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o requerimento é para a promotora e...”. O Senhor Presidente: “em votação a solicitação do vereador Nélio Aurélio. Aprovado, nove votos”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “nove votos. Só lembrando a Sua Excelência que o requerimento é encaminhado para a promotora, eu não sei como é que a Sua Excelência vai conduzir esse requerimento para



chegar nas mãos dela e para o próprio Executivo também. O Executivo já está sabendo. Se ela liberar, não é vereadora, vai canalizar para as cooperativas. Obrigado aos vereadores que votaram”. O Senhor Presidente: “volto a repetir. Aprovado nove votos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor presidente, pela ordem. Eu gostaria de cumprimentar o presidente da Associação do Nova Suíça, o Gilson, juntamente com membros da sua diretoria aqui, o senhor João Honório, que estão aqui conosco hoje e ao cumprimentá-los dizer que a inauguração da obra lá de Honório Bicalho, ela vai acontecer em breve e a proposta da empresa em construir o posto de saúde do Bairro Nova Suíça, ela está de pé. Estive hoje conversando com o Nilo que me tranquilizou no sentido de que a obra em breve irá começar. E quero cumprimentar também, se o senhor me permite, o Secretário de Obras, Hélio dos Santos, que está aqui sempre presente nos prestigiando. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal a retirada de todos os escombros do telhado da Sede dos Escoteiros de Nova Lima e viabilização de verba para a reconstrução da parte afetada em caráter de urgência. Aprovado, oito votos. 2) Do vereador José Guedes: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de pesar para a família do Senhor David Guedes Fernandes pelo seu falecimento no dia 17 de outubro de 2015. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor presidente, devido à relevância do trabalho prestado pelo advogado David Guedes ao município de Nova Lima, ele sendo... Inclusive já dirigiu partidos políticos, não é? Já dirigiu o PFL hoje DEM, ele já dirigiu o PFL. Eu gostaria de solicitar, Senhor Presidente, que esta moção de pesar fosse de toda a Casa. Eu acho que ele é uma figura que merece o reconhecimento de toda a Casa. Obrigada”. O Senhor Presidente:



“concedido. Gostaria de dizer que o David Guedes foi um dos melhores advogados de Nova Lima em toda a sua história. Uma pessoa que principalmente protegia e era amigo dos mais simples. David misturava-se ao povo. Quem conheceu Davi Guedes, uma pessoa maravilhosa, uma pessoa que ao longo de sua vida gostava de jogar o seu truquinho junto às pessoas mais humildes lá no Mercado. Eu, como seu parente, certa vez necessitei de seu apoio como advogado. David me defendeu numa causa injusta contra esse vereador o tempo todo. E eu fui vencedor, e ele me cobrou zero. Não foi só uma vez que ele me defendeu. Cansou de fazer isso para as pessoas mais simples, aquelas pessoas que não tinham recurso financeiro. A proposta da vereadora Ângela foi aceita, então esta moção será em nome da Casa”. 3) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal que por meio da Secretaria responsável encaminhe à Câmara Municipal os critérios que foram usados para a realização do 5º “Uaiktober Fest - Nova Lima”. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu tive notícia hoje, aliás, recebi um documento que, ao que se parece, pode ser um edital, mas como o documento não tem assinatura, não tem nada, recebi um provável edital para esse evento que vai acontecer na praça nos dias trinta, trinta e um e primeiro, salvo me engano. O Uaiktoberfest é um evento que eu sempre defendi desde a época em que fui Secretário de Desenvolvimento Econômico e eu acredito com fé que esse evento traz realmente um desenvolvimento para o município. Ele colocou Nova Lima, do ponto de vista mundial, como uma cidade que fomenta esta questão da cerveja, da cerveja artesanal. Mas o que eu vi aqui é uma coisa, no mínimo, estranha. Primeiro, uma empresa, como que essa empresa ganhou esse edital? Ou foi escolhido? Eu peguei o fulano ou o ciclano, não quero nem dizer se o cara era amigo ou não era de alguém, mas peguei essa pessoa para administrar essa festa? Foi ela que





aceitou? Teve um chamamento público? E me preocupa muito, Senhor Presidente, que em crise, na crise que o município está vivendo e a gente tem aqui os feirantes da Sexta na Feira, que muitos deles, eu não vou afirmar com tanta certeza, mas vivem em função dessa Sexta na Feira. Aí vem um evento, pelo o que eu vi só tem duas empresas que são as cervejeiras, então ficaram de fora porque não concordaram com as questões, por exemplo, pagar quarenta por cento do chope para o empreendedor. Não concordaram, ficaram de fora, então vão vim poucas empresas para participar de uma festa da cerveja que é do município. E ainda que o prefeito diga que não vai ter investimento nenhum da cidade, nós sabemos que a Guarda Municipal vai ter que trabalhar, já me disseram que as ambulâncias vão estar à disposição, quer dizer, a prefeitura vai ter uma questão mínima que ela vai atuar. E esta questão mínima o povo de Nova Lima vai pagar. Pagar para fazer uma festa que não vai gerar renda para o Município de Nova Lima. Então, me preocupa a questão dos feirantes, me preocupa a questão das dificuldades financeiras que o município está vivendo e é por isso que eu faço esse requerimento. Mais uma vez digo, e aí parafraseando o vereador Nélio que não está aqui mais, mas que dizia muito 'este requerimento não vai ser respondido'. Assim como não me responderam o da... Que eu vou falar nele toda a semana que às vezes um lá toca no coração dele e dá uma resposta para a gente, o do prédio que foi alugado em frente à Fábrica de Balas. Ainda que às vezes eles vêm nos responder a questão lá em cima da ACM, às vezes uma hora dá na cabeça deles lá e eles respeitem os cidadãos nova-limenses que eu represento aqui, os mil, cento e quarenta e sete votos que eu tive na cidade e me deem resposta com relação a essas questões que agente vem colocando para o prefeito porque eu, pelo menos, e eu tenho certeza que os outros dez vereadores são cobrados na rua e a gente fica sem resposta para dar para a população. É nesse sentido que eu gostaria, Senhor



Presidente”. Requerimento aprovado por oito votos. 4) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal que a prefeitura viabilize abrigo, ainda que semelhante a de um ponto de ônibus, aos familiares e amigos dos presos na cadeia pública de Nova Lima. Aprovado, oito votos. 5) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal que encaminhe a este gabinete planilha de valores previstos em 2015, realizados em 2015 e previstos em 2016 por Secretaria e funções de governo. Aprovado, oito votos. 6) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer “que o Poder Executivo Municipal intervenha junto à direção do DER-MG no sentido de que o referido órgão proceda à colocação de redutores de velocidade na MG-030, à altura do nº 760 (sentido Belo Horizonte) e nas imediações do Supermercado BH (sentido Nova Lima e antes do acesso da Rua Ludovico Barbosa), cuja competência é do DER-MG. Em havendo possibilidade, que o próprio Poder Executivo Municipal execute a obra, o que poderá ser feito através de convênio ou algo que o valha. Saliento que anexo a este requerimento há um abaixo-assinado dos moradores da região, os quais sofrem diariamente com o risco iminente de acidentes”. Em discussão, o Senhor Presidente: “eu quero dizer para o vereador Fausto Niquini que o senhor não... Vereador Fausto, quero dizer para o senhor que semana passada o senhor não pôde comparecer à reunião e eu fiz esse requerimento sobre esse quebra-molas”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “nas duas pistas, Senhor Presidente? Que ótimo então. Então, eu venho aqui juntar forças, não é? Eu fico aqui então ratificando o seu requerimento”. O Senhor Presidente: “mas vereador, eu vou colocar em votação, aprovado por dois é melhor do que um”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “se for idêntico pode retirar, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “não, não vou retirar não. Estou só falando com o senhor. Em discussão o requerimento do vereador Fausto Niquini. Em votação, os vereadores que



concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Dois requerimentos é melhor do que um. Obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “juntamente com o abaixo-assinado, não é?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “o abaixo-assinado está aí também? É interessante”. O Senhor Presidente: “reforça mais”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de fazer mais um requerimento. Não sei, talvez nem fosse um requerimento, mas talvez um alerta...”. O vereador Leci Alves Campos: “o senhor já não fez três?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu fiz três, mas aí a gente pode fazer um verbal”. O vereador Leci Alves Campos: “eu fiz um e quero fazer dois verbais, Senhor Presidente”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu tenho um verbal, tá?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, nesse sentido, só dando prosseguimento, Senhor Presidente, eu sei que o vereador Leci Alves Campos já fez aqui uma solicitação no sentido de tratar a questão do Posto da Receita Estadual aqui de Nova Lima. Senhor Presidente, eu percebo e tenho sido provocado, hoje fiz uma reunião com a Presidente da Associação Comercial em que ela me relata que este Posto, de fato e de verdade, ele será fechado. E eu penso que seria interessante que esta Casa se movimentasse no sentido de que isso não acontecesse, Senhor Presidente. O vereador Leci foi muito enfático, eu não quero repetir o... Pois é, eu não quero... Exatamente. Eu não quero repetir o requerimento, mas eu queria enfatizar aqui. Este Posto é extremamente importante...”. O vereador Leci Alves Campos: “é reforçar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero reforçar, esse Posto é extremamente importante para Nova Lima, a questão do ICMS, do IPVA, certidões negativas que todas as pessoas precisam tirar, as segundas... As notas fiscais avulsas que a pessoa não conseguiria tirar se não fosse esse Posto aqui. Então, eu penso que a Câmara tinha que fazer um movimento no sentido de tentar viabilizar com que



esse Posto não saísse daqui. A Presidente da Associação me disse que conversou com o prefeito municipal ou com alguém ligado ao prefeito e que o prefeito intercedeu junto ao Chefe do Gabinete do Governo de Estado e que a resposta foi que realmente esse Posto não teria como... Resposta que ela me falou, eu não sei se é exatamente isso. Mas ela me disse que a resposta que a Administração deu para ela é que realmente o Adair que é Chefe do Gabinete do Governo de Estado disse que, realmente, não existe possibilidade de que esse Posto permaneça aqui na cidade. Então, eu penso que nós devemos, eu na minha base, com os meus deputados, cada vereador aqui que tem os seus deputados, eu acho que a gente devia provocar esse meio político porque Nova Lima não pode ficar sem esse Posto. Tive notícias também que o Deputado Fred Costa estará na quinta-feira palestrando aqui em Nova Lima, tratando especificamente desse assunto. Eu penso que não seria interessante para a gente, não é? Os vereadores da cidade deixar... Ótimo que o Fred venha aqui, que ele trate do assunto, nós podemos somar com ele, mas os vereadores da cidade de Nova Lima não podem deixar passar de liso essa questão tão importante para a cidade quanto ter o Posto da Receita Estadual aqui perto da gente, então...". O Senhor Presidente: "eu tenho uma sugestão para o senhor". O vereador Leci Alves Campos: "o deputado estará aqui quinta-feira?". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "quinta-feira segundo o que me informou a Presidente da Associação, por iniciativa dele, é lógico que deve...". O vereador Leci Alves Campos: "pois é, mas é de manhã ou de tarde? Você não sabe?". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "não, é de tarde, lá na Associação". O vereador Leci Alves Campos: "porque de manhã nós temos audiência pública aqui". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "é à tarde lá na Associação". O vereador Leci Alves Campos: "uai, vamos estar presentes, vamos levantar a bandeira do Legislativo". O vereador Silvânio Aguiar Silva:



“sim, sim”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de apresentar uma sugestão. Formaríamos uma Comissão de três vereadores que iriam... Vereador Silvânio, a minha sugestão que formássemos uma Comissão aqui de três vereadores para irem, realmente, no órgão e batalhar em nome da Câmara. O Deputado é bem-vindo e tal, mas nós temos que fazer a nossa parte”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu quero participar da Comissão, está bom?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também gostaria de fazer parte desta Comissão”. O Senhor Presidente: “a sugestão minha seria o Silvânio Aguiar, o Leci que é o autor, o senhor que tem falado realmente sobre esse assunto e escolheria o vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “coloca a Ângela...”. O vereador Fausto Niquini: “eu só gostaria de falar que...”. O Senhor Presidente: “então, vamos formar uma Comissão de toda a Câmara, o vereador que interessar pode comparecer. A Rúbia vai agendar para a gente, não é?”. O vereador Leci Alves Campos: “nos informe direitinho o horário, o local...”. O Senhor Presidente: “a secretária vai agendar, lógico”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “se me permite...”. O Senhor Presidente: “a Rúbia vai agendar, todos os vereadores receberão o ofício com data e dia, e a Câmara realmente tem que fazer o seu papel porque é uma coisa que realmente vai fazer muita falta se sair da nossa cidade. Então, fica em nome da Câmara”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, só gostaria de salientar que eu fiz também contato lá com a Deputada Estadual Ione Pinheiro, a qual eu apoiei aqui na eleição, e ela está também empenhada para ver se mantém realmente esse Posto aqui, que é de muita importância aqui para a nossa cidade. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “então, está formada a Comissão, não é? A data e o dia nós vamos comunicar a todos os vereadores”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só a título de contribuição e até para a Rúbia. Eu fiz um contato



com o Deputado Rogério Correia que é do nosso partido, que é da base do governo, aliás, que é do partido do Governador e pedi, supliquei que ele conseguisse uma agenda para a gente, e ele já disse que a agenda com o Governador não é tranquila, não é fácil, mas tentei uma agenda que a gente pudesse estar discutindo esse assunto. Aí, mais uma vez, eu acho que a ideia do vereador... Exatamente. Mais uma vez eu...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “só um minutinho, vereadora, que eu passo a fala”. O Senhor Presidente: “um de cada vez”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu acho que a atitude do vereador Fausto é isso aí. Eu penso que se cada um da gente aqui movimentar a nossa base, não é? Ou os nossos... Os que são do nosso partido que estão lá, nossos deputados, as pessoas que a gente acredita nelas, eu penso que essa força pode fazer com que o Posto não saia daqui. Só a título de informação, mais uma vez, o aluguel ali é dois mil e seiscentos reais. O próprio Posto, os funcionários já conseguiram um outro local aqui na cidade que vai pagar três mil reais, não é um valor tão alto assim e que resolve o nosso problema. Eu acho que nós não podemos nos silenciar diante dessa questão tão importante para a nossa cidade. Eu vou ceder um aparte à vereadora Maria Ângela Dias”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “inclusive também eu fui solicitada e eu entrei em contato com um deputado da sua base, vereador, do PT, que é o Miguel Corrêa, porque o Subsecretário de Ciência e Tecnologia é meu primo e trabalha junto com ele. Então, eles também já estão empenhados e, inclusive, entrando em contato com o Secretário de Estado de Fazenda para buscar alternativas de permanecer o Posto aqui no município. Obrigada”. O Senhor Presidente: “então, a Comissão será formada”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu quero fazer dois requerimentos verbais”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos:



“a gente pode fazer até três, eu fiz um escrito e o meu primeiro verbal seria o seguinte: que fosse consultado junto ao Executivo, através da Secretaria responsável pela empresa que presta serviço do estacionamento rotativo, que nos encaminhe cópia do contrato, especificamente na página que dá a essa empresa o direito de usar a mídia no seu material de exposição daqueles botons, onde a pessoa marca o estacionamento, em virtude que agora, Senhor Presidente, eu não sei se o dinheiro que a empresa está ganhando é tão pouco, vereadora Ângela, que eles agora estão fazendo propaganda naqueles postezinhos verdes, estão fazendo propaganda de uma faculdade. Talvez, não é? Estão ganhando tão pouco que eles vão fazer propaganda para aumentar a renda deles. Então, eu quero saber se o contrato permite que eles façam isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “inclusive, vereador...”. O Senhor Presidente: “a vereadora Ângela...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu já...”. O Senhor Presidente: “ela já fez vários requerimentos não nesse sentido total. Ela fez requerimentos solicitando...”. O vereador Leci Alves Campos: “eu quero saber sobre a mídia, se eles têm autorização para fazer mídia no equipamento que eles estão usando”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu quero saber tudo, quero saber o valor total”. O vereador Leci Alves Campos: “que é um outro assunto”. O Senhor Presidente: “sim, sim”. O vereador Leci Alves Campos: “o meu requerimento seria esse. O Senhor, por favor, coloca em votação para eu fazer o terceiro requerimento”. O Senhor Presidente: “vereador, deixa eu explicar aqui que essa luta sobre esse assunto... No Brasil, eu duvido que exista uma participação de cinco por cento para...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não precisa duvidar não, Presidente. Não existe, não precisa duvidar não”. O Senhor Presidente: “para a prefeitura”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não existe”. O Senhor Presidente: “então, eu e a Ângela



estamos nesta batalha há muito tempo e a prefeitura não dá as devidas explicações. Muito bem lembrado o senhor sobre essa propaganda aí, que quem sabe eles estão faturando também em cima da faculdade? Gratuito eu tenho certeza que não é. Então, parabenizar o senhor pelo requerimento”. O vereador Leci Alves Campos: “coloca em votação”. O Senhor Presidente: “continua em discussão, em votação, os vereadores que concordam...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, em discussão, eu só quero passar que nós temos que colocar também o tanto de emprego que o Rotativo gera na cidade, não é? Tantos pais de família, mães de família que hoje o Rotativo...”. O vereador Leci Alves Campos: “não faz mais nada do que a obrigação, vereador”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “isso aí”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “mas gera na cidade”. O vereador Leci Alves Campos: “só está faltando vim trazer gente de Belo Horizonte para trabalhar aqui no Rotativo Nova Lima”. O Senhor Presidente: “vereador, por favor, vamos falar um de cada vez. O senhor pede a palavra, não tem problema não”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu não sou contra o requerimento do vereador Leci, só quero deixar aqui é o tanto de serviço que o Rotativo hoje, pais e mães de família hoje gera para a cidade. Só isso que eu estou falando. Obrigado, Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Presidente, o Senhor me concede um aparte?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “nós não estamos querendo que acabe com o Rotativo não. O Rotativo é de grande utilidade para o município. Nós queremos é que o dinheiro apareça. Nós queremos é que o dinheiro apareça. É isso aí”. O Senhor Presidente: “realmente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “só isso que nós queremos, que continue com os pais de família, com as mães de família, com os amigos de não sei quem. Pode continuar tudo, mas o dinheiro tem que aparecer, é isso que a





gente quer”. O Senhor Presidente: “o município está em crise, então a gente tem que ir atrás de tudo. O dia que a representante dessa firma veio aqui na Câmara Municipal, atendendo o chamado da Câmara, que ela disse que o percentual era só cinco por cento, realmente, eu discuti, debati, porque não existe isso de cinco por cento, uma fonte tão rendosa. Com relação ao emprego dos funcionários, ninguém está falando isso não, não é para acabar não, é para pagar o justo para a prefeitura. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O vereador Leci Campos: “não, senhor vereador, são sete votos. O vereador Coxinha votou contra”. O Senhor Presidente: “não votou contra não”. O vereador Leci Alves Campos: “ah tá”. O Senhor Presidente: “votou a favor. Ele não manifestou nada. Oito votos”. O vereador Leci Alves Campos: “agora o último requerimento, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “primeiro eu vou justificar antes de fazer o requerimento. Quando os nossos gabinetes preparam os requerimentos, a gente procura a Secretaria da Presidência para fazer o protocolo do requerimento. E nesse protocolo vem o horário e a data que o requerimento foi protocolado na Casa. Então, aí vem o meu requerimento: eu gostaria que a leitura dos requerimentos respeitasse a ordem de protocolo”. O Senhor Presidente: “concordo com o senhor. Os vereadores pedem para retirar da reunião constantemente e pedem para colocar... Não no caso do Flávio aí que hoje... O caso de doença é uma coisa. Mas a rotina aqui é permanente, o vereador tem os seus compromissos lá, quase que todas as reuniões, então não é justo. Boa a sugestão do senhor e é um requerimento”. O vereador Leci Alves Campos: “mas eu vou explicar, Senhor Presidente. Até que não é por causa dessa questão, que é lógico que quando o vereador tem um motivo e ele justificar, até por educação todos nós vamos deixar. Eu não vejo



problema nenhum não. Mas o problema que aconteceu em uma das últimas reuniões, de dois requerimentos terem assuntos parecidos, não eram iguais, eram parecidos. E o funcionário da Casa foi me questionar sobre isso e eu falei assim ‘olha, os assuntos são distintos, um não tem nada a ver com o outro e mesmo que fossem iguais, o meu foi protocolado primeiro’. Então, eu gostaria que respeitassem a ordem de protocolo. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o senhor está com toda razão. A partir de agora vou pedir à secretária para colocar em ordem...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “de entrada. Questão de ordem, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu também queria fazer um requerimento verbal”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu ainda quero discutir esse requerimento”. O Senhor Presidente: “não foi votado ainda não, vereador. Com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “na verdade, é só a título de contribuição no sentido que o Presidente falou, o requerimento que fica anterior ele vai ser, teoricamente ele vai ser o primeiro. Então, por exemplo, se o... Só como exemplo, não é? Os requerimentos do Flávio que hoje não está aqui para ser votado, ele seria, em tese, o primeiro a ser votado na...”. O vereador Leci Alves Campos: “na reunião que for lido, ele vai ser o primeiro com certeza”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito”. O vereador Leci Alves Campos: “sem problema”. O Senhor Presidente: “em votação o requerimento, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu tenho um verbal”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o meu”. O Senhor Presidente: “o vereador Gilson pediu primeiro”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente e nobres colegas. Eu fui procurado essa semana por



alguns motoristas que trabalham nas viaturas do SAMU e também no serviço de ambulância, me cobrando que averiguasse uma questão de injustiça que acontece por lá. Em virtude da crise do município, o prefeito suspendeu o pagamento de horas extras e todos nós aqui sabemos disso, eu acho mais do que justo para equilibrar a folha aí, tentar equilibrar a folha. Acontece que, segundo denúncias ainda não confirmadas, há alguns motoristas recebendo horas extras e outros sendo obrigados a tirar folga. Então, eu queria que a Mesa Diretora desta Casa convocasse aqui a Secretária de Saúde para ela trazer as últimas três folhas de pagamento dos motoristas para comprovar a veracidade dessa denúncia. Caso ela seja procedente, que ela tome as medidas cabíveis com o máximo de urgência, porque nós não podemos aceitar desigualdade nessa cidade nossa com o servidor público. É esse o meu requerimento”. Aprovado, oito votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, o meu requerimento é uma moção de aplauso para a turma do Xerém por ser campeão masculino série prata, e o time de futsal feminino do Xerém também por ser campeão também do Campeonato Nova-limense 2015. Outra moção de aplauso para a equipe do Libris que subiu da série prata para a série ouro juntamente com a equipe do Xerém. A outra é o Time dos Guerreiros, do Bairro Nossa Senhora de Fátima, que foi vice-campeão também do Campeonato Nova-limense Sub-20. E uma moção de aplauso também para a equipe do São Caetano que foi vice-campeão feminino. A outra é do Lucas Climaco, melhor treinador, da equipe do Xerém também. A outra moção de aplauso é para o Libris... É tudo dentro de uma só. Para o Libris também que é um time de jovens que graças a Deus, graças, eu já falei nesta Casa, ao vereador José Geraldo Guedes, ao Deputado João Vítor Xavier, o time do Libris, times do bairro, do Vila Passos, Vila Operária, subiu para a primeira divisão do campeonato amador. Então, essa é a moção de aplauso.



Obrigado, Presidente”. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente: “próximo requerimento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, não é requerimento, mas eu posso falar?”. O Senhor Presidente: “com a palavra, a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu gostaria de cumprimentar o Dr. Fausto Niquini pelo Dia do Médico, dia dezoito de outubro. Cumprimentando o Dr. Fausto Niquini, eu quero estender os meus cumprimentos a todos os médicos que prestam excelente serviço no município de Nova Lima. Obrigada”. O vereador Fausto Niquini: “muito obrigado, colega, vereadora Ângela Lima”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “é um requerimento que a senhora fez?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, não foi requerimento, foi só um cumprimento”. O Senhor Presidente: “um elogio”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “dentro desse...”. O Senhor Presidente: “próximo requerimento...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, não é requerimento, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “só um comentário que a Casa inteira deixou passar de liso aqui também. A senhora está cumprimentando o Fausto pelo Dia do Médico, coisa que eu também o faço com muita alegria. Mas nós deixamos passar de liso aqui o Dia do Professor, não é? Dia quinze. A senhora, uma professora. Professor, essa carreira brilhante, não é? Então, eu quero deixar aqui os meus cumprimentos também. Não é um requerimento, mas uma manifestação de alegria. Primeiro, por saber que nós temos na Casa uma vereadora professora e, segundo, pelo trabalho de todos os professores em nossa cidade, que tanto engrandecem e que preparam o futuro da nossa cidade, as nossas gerações. Parabéns, vereadora. Leci também já foi professor e ainda é professor”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “obrigada”. O vereador Leci Alves



Campos: “eu já fui seu professor, Silvânio”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “exatamente, olha a vergonha. Já. Isso significa dizer que Leci é bem mais velho do que eu, não é?”. O Senhor Presidente: “é um elogio, não é? Próximo vereador... Tem mais vereadores para requerimento? Não. Quarta parte”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, o Senhor está... A Comissão para ir lá no Ministério Público. O Senhor falou que ia falar no final. Eu queria participar dessa”. O Senhor Presidente: “em Belo Horizonte?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não. É para ir no Ministério Público. Da Cooperativa. O Senhor ficou de falar no final”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “essa eu quero”. O Senhor Presidente: “eu convidaria para não falar que eu estou protegendo A ou B, convidaria a Câmara... Nós vamos... É uma causa justa. Então, vou convidar todos os vereadores, a gente vai marcar e os vereadores serão notificados, lógico que por escrito. Quarta parte, oradores inscritos. Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Boa noite a todas e a todos. Como lembrou aí a colega vereadora Ângela Lima e o vereador Silvânio Aguiar, domingo foi Dia do Médico. Então, eu não poderia deixar, como médico, de fazer uma homenagem aos colegas médicos e médicas nova-limenses. Quem escolheu esta profissão o fez por aptidão. Alguns consideram a prática uma verdadeira missão. Assim como outros profissionais, o médico estudou por anos e ainda estuda, frequentemente, em busca de um aperfeiçoamento constante. Tudo para que seus pacientes tenham um atendimento cada vez melhor. Para que a dor de alguém que busca por ajuda possa ser aliviada. Para que tenhamos mais respostas e conhecimentos ao investigarmos doenças e demais enfermidades e para que possamos utilizar da melhor forma possível as novas tecnologias a favor da qualidade de vida da população. Há uma crescente pressão social em torno do exercício da profissão médica. Cobra-se do



profissional excelência de atendimento e constante atualização. O dia-a-dia do trabalho médico é exaustivo, geralmente dentro de unidades de atendimentos lotadas e em contato com pacientes que não melhoram por dificuldades muito mais sociais do que patológicas. Não adianta prescrever medicamentos que não podem ser comprados. Isso quase todo dia a gente assiste muito bem isso. Não adianta aplicá-los para quem não tem o que comer e nem onde dormir. Para piorar, os hospitais estão sucateados e mal aparelhados. O atendimento ao usuário pode não ser de todo bom, nós sabemos. Mas a culpa não deve ser colocada nos profissionais de saúde, que são apenas parte da engrenagem defeituosa. E não se contam as vidas salvas, as doenças curadas, as sequelas evitadas. Só se contam as perdas. Precisamos de mais médico sim, mas também mais equipamentos e melhorias nas condições de trabalho para que possamos exercer com dignidade a profissão. Precisamos de humanizar o sistema de forma ágil, com os recursos da Internet. Como, aliás, consta no projeto de minha autoria que obriga a Prefeitura a divulgar em seu site a agenda médica e de serviços hospitalares e laboratoriais para que não haja privilégios. Precisamos de encurtar o caminho que nos leva aos recursos médico-hospitalares urgentemente, dia e noite, porque campanha nenhuma de prevenção será vitoriosa se quando a doença chega não há meios para o seu tratamento rápido e competente. Saúde é um direito de todos. É preciso acabar com essa hipocrisia de que existem dois tipos de saúde no Brasil: uma paga e outra gratuita. Todas são pagas, porque o sistema previdenciário brasileiro toma dinheiro de todos os trabalhadores na folha de pagamento, adiantado. Todos sabem muito bem disso. Portanto, tem o Governo a obrigação de transformar estes recursos em benefícios para todos. Precisamos aliviar a carga tributária dos que não têm condições de arcar com pesados tributos por motivo de saúde. Tem um projeto também de minha autoria na



Prefeitura que propõe exatamente isso, por meio do IPTU Social, onde pessoas em estado terminal e/ou com doenças incapacitantes ficam isentas do imposto territorial. Eu gostaria que a nossa Presidenta do Brasil, antes de ela convocar mais médicos, que ela primeiro providenciasse uma melhoria desses hospitais que estão todos sucateados em nosso país, todos. Pode pegar aí esses grandes hospitais daqui de Belo Horizonte, todos os corredores dos hospitais, principalmente o pronto-atendimento, é paciente deitado no chão, é paciente que está lá dois a três dias numa maca. Então, é um absurdo. Para que mais médicos? Para que mais médicos se não têm as mínimas condições de trabalhar? Sou a favor dos ‘Mais Médicos’, mas primeiro dar um aparelhamento melhor, melhores condições de trabalho para trabalharmos. E olha que eu não faço atendimento em serviço público, mas eu vejo muito bem, basta sair e dar uma volta aí pelos hospitais que a gente pode muito bem observar isso e está todo dia na mídia aí, nas TV’s de todo mundo. Então, fica aqui a minha indignação por esta saúde pública que dá vergonha. Eu sinto vergonha quando eu vejo nos noticiários as condições desses hospitais públicos. Sabe por que, minha gente? Porque a maioria aqui tem plano de saúde, precisou, tem um probleminha? Vai aqui no Biocor, vai no Hospital Vila da Serra, no Hospital Nossa Senhora de Lourdes. E a maioria da população que não tem plano de saúde? E mesmo assim, usuário de plano de saúde também não está muito longe não, para mim plano de saúde é um SUS melhorado. Outro dia mesmo, anteontem, um amigo meu me ligou ‘Fausto, eu estou aqui no hospital, estou precisando de uma consulta, já tem duas horas aqui e ainda não fui atendido’. E há pouco tempo mesmo, está ali, não me deixa mentir, meu amigo ali, Pastor André. Não é isso, Pastor? Há pouco me ligou ‘Fausto, eu estou aqui no hospital, já tem mais de três horas que eu estou aqui, não fui atendido’. Não é isso? Então, minha gente, precisa colocar a mão na consciência e pensar, eu falo muito



bem aqui, não adianta você medicar, você atender o paciente, prescrever para ele uma medicação que ele não tem dinheiro para comprar. E agora estão querendo acabar com a Farmácia Popular. Um abraço para vocês. Fica aqui a minha singela homenagem a todos os médicos e médicas nova-limenses que prestam aqui nesta cidade um serviço maravilhoso. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “próximo vereador inscrito André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor é o próximo”. O Senhor Presidente: “próximo vereador inscrito André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é o senhor o próximo, está escrito aí, eu assinei depois do senhor”. O Senhor Presidente: “eu optei por não falar, isso é norma da Casa. Eu não quero falar hoje”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ah, tudo bem então. Eu também não quero falar não, obrigado”. O Senhor Presidente: “isso é brincadeira. Encerramento: agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos”.\_\_\_\_\_